



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT pretende, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

Etnografia da "loucura": uma reflexão de dentro dos muros.

Autoria: Sabrina Melo Del Sarto

Por compreender que questões relativas à saúde e à doença devam ser estudadas a partir de considerações a respeito de aspectos sociais mediados pela cultura que conferem sentidos às experiências (LANGDON & WIIK, 2010), utilizo as reflexões desenvolvidas pela Antropologia da Saúde para tecer um estudo etnográfico no interior de um hospital psiquiátrico e espírita. Denominado de "Hospital Espírita de Marília", mas mais conhecido pela sigla "HEM", este hospital foi fundado em 1948 em Marília-SP e, desde então, destina-se ao tratamento de pessoas diagnosticadas com doenças mentais. É uma instituição espírita (Kardecista), psiquiátrica e asilar. Abriga, entre suas sete alas, moradores permanentes e temporários. A instituição é subdividida em alas médicas e, neste estudo, escolhi para a pesquisa empírica a ala denominada "Lar-Abrigado", conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e em funcionamento desde janeiro de 1996. Este ambiente está localizado na Vila da Boa Vontade, um anexo ao hospital que possui cinco casas e tem capacidade máxima para trinta moradores, porém, atualmente, possui apenas vinte e dois. As moradias apresentam algumas limitações, como a proibição de fogões, aparelhos eletrodomésticos e objetos pontiagudos. Há ainda, na composição espacial do local, um quintal coletivo, um refeitório e uma sala para artesanatos. A rotina hospitalar envolve uma dinâmica de tratamento medicamentoso e religioso, ambos obrigatórios. Embora o ambiente psiquiátrico condicione atitudes e interpretações dos pacientes que são modeladas pelo ambiente hospitalar, a cotidianidade asilar demonstra diferentes formas de resistências que



subsistem para além da proposta institucional. Neste sentido, proponho, a partir da experiência etnográfica, compreender como esses moradores do Hospital Espírita de Marília, interpretam, vivenciam e experimentam o ambiente em que vivem. Busco observar as auto-organizações daqueles que habitam o local institucional e, assim, reconhecer as motivações, preocupações e anseios que permeiam suas cotidianidades. Em tempos de retrocessos no campo da saúde mental brasileira, compreender essas formas de resistência e lançar luz à ideia de agência em indivíduos institucionalizados permanentemente torna-se fundamental para (re)pensar questões que tangem as políticas públicas e as cotidianidades institucionais. Referência: LANGDON, E. J. & WIIK, F. B. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2010.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

